

## Toponímia e significação geográfica

José Ramiro Queirós Pimenta<sup>1</sup>

Hermann Lautensach refere na sua Geografia de Portugal: «Se os estudos de filologia histórica estão suficientemente adiantados para que se possa determinar com segurança os principais tipos de topónimos, e se a repartição destes tem relações inteligíveis com o enquadramento geográfico-cultural do País, penso que a investigação geográfica não os deve ignorar».<sup>2</sup>

A possibilidade de retirar inferências geográficas a partir da distribuição dos topónimos deve portanto ancorar-se numa certeza linguística (cujo trabalho sistemático não pertence decerto ao geógrafo)<sup>3</sup> e contextualizar-se nos restantes fenómenos que dão corpo e originalidade a uma região.

Do ponto de vista da linguística, e crendo que a toponímia deriva de um modo de comunicação socialmente produzido e culturalmente apropriado, o primeiro *momento* consiste naquilo que se poderia chamar de *fixação do texto* que, pelo menos do ponto de vista do plano da expressão, permite o mapeamento do espaço a estudar; o segundo *momento* (determinação das relações inteligíveis com o enquadramento geográfico-cultural do país), de um modo simples, corresponde ao plano de conteúdo complementar ao anterior e integrado nos factos socialmente relevantes enquanto totais para uma comunidade.

Penso que no que respeita a este segundo ponto é de realçar o acentuado carácter dialéctico desta relação entre cada um dos vários elementos dos factos sociais que, na toponímia, sobretudo na que designa fenómenos da esfera social, pode propor como insignificante o que porventura teria significado. O próprio Lautensach o admite quando refere que a distribuição dos topónimos só permite conclusões de índole geográfica se não se verificar uma *uniformidade* (exemplo, 'vila') na sua distribuição, isto é, e *a contrario*, só são concludentes as distribuições de topónimos que assentem em contornos regionais. Esta fundamentação ontológica, visto que se pressupõem as regiões como realidades empíricas, é que pode mascarar realidades sociais cuja tangibilidade passa por não ter uma expressão geográfica regional correspondente. No exemplo citado do topónimo 'vila' é a sua própria uniformidade que lhe dá um sentido que transcende a importância do seu *locus* regional inicial, naquilo que é significativo das várias decisões políticas ao longo das várias conquistas ou reconquistas da História.

---

<sup>1</sup> Departamento de Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> H. Lautensach, O. Ribeiro e S. Daveau, *Geografia de Portugal*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, vol. III, 1989, p. 839.

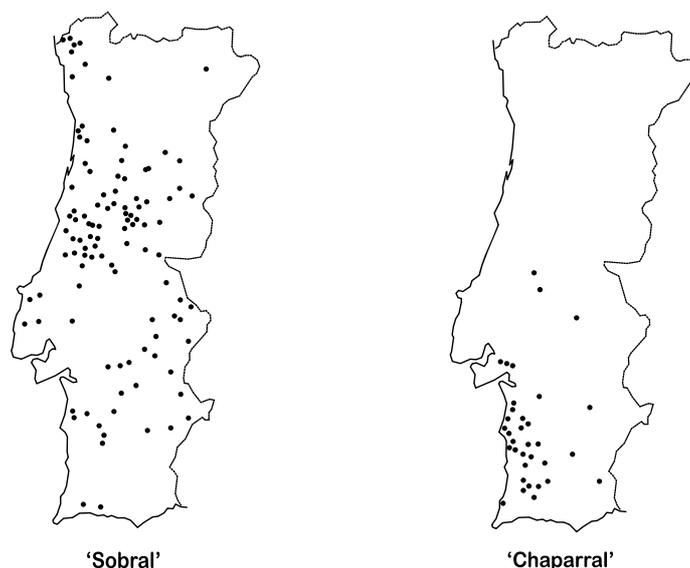
<sup>3</sup> Mas sim aos linguistas, que sistematicamente (G. Sachs, D. Lopes, J. Leite de Vasconcelos, J. Piel, P. Cunha e Serra, etc.) o têm feito. *Op. cit.*, notas ao cap. IX, de Suzanne Daveau.

A fixação do texto não é, por assim dizer, a única fonte imediata, empírica, ‘real’ que permite à geografia usar em proveito próprio a informação que a toponímia comporta – antes exige a sua contextualização nas realidades ecológica e cultural do país e das regiões. Esta noção de contextualização, cara a Lautensach, como vimos atrás, cumpre-se em várias esferas a que se atribuem correspondentes níveis de interpretação.

Um primeiro nível, quantitativo, prende-se com o próprio conceito de densidade que tão caro é à geografia, sobretudo na que se expressa por mapas, e que em si mesmo constitui a *evidência empírica* de um determinado fenómeno – a densidade de topónimos não reflecte por si uma igual intensidade do fenómeno a que refere, tendo de ser contrastada com a densidade de povoados.<sup>4</sup>

A um segundo nível, o dos significados, corresponde a fixação do sentido unívoco (ou seja, não equívoco) concomitante com o da fixação gráfica mas que depende já da impregnação ideológica global do sistema linguístico em que se insere. A crença na equivalência, ou mesmo identidade, dos significados permite, na análise da distribuição de um fenómeno, somar distribuições parciais de diferentes topónimos de igual significado. Estar atento a essa possibilidade de *tradução* dos diversos topónimos ente si é fundamental para não criar efeitos enviesados na análise da distribuição de um determinado tipo de fenómenos ou, com mais rigor, é fundamental para um certo nível de análise da distribuição dos fenómenos.<sup>5</sup> Isto torna-se perfeitamente claro nos mapas de implantação dos topónimos ‘Sobral’ e ‘Chaparral’ no território português – não contar com algum deles seria negar ao *Quercus* que ambos identificam a sua existência nos espaços que cada uma prefigura. Eis um exemplo particularmente expressivo de como a tradução é logicamente válida no recobrimento dos significados quando considerados ao nível ecológico, i.e., das condições climáticas de existência do *Quercus suber*.

Figura 1 - Distribuição dos topónimos ‘Sobral’ e ‘Chaparral’



Fonte: *Reportório Toponímico de Portugal*, Lisboa, Ministério do Exército, 1967.

O terceiro nível de análise é o dos significantes ou, dito de modo mais rigoroso, é o nível de análise em que significados de diferentes significantes não experimentam, quando entretraduzidos, um recobrimento perfeito e portanto permitem uma margem de significação diferencial em espaços geograficamente definidos. De algum modo continuamos no *momento* que Hermann Lautensach caracterizou como ‘relações inteligíveis com o enquadramento geográfico-cultural do País’ – apenas se afecta um sentido ao que dos significados não é traduzível entre si e no que possam significar de igualmente diferencial das regiões geográficas a que se reportam: no exemplo que vimos a utilizar e embora, como se constatou, no plano do conteúdo ecológico haja uma equivalência de significados, facilmente se constata que essa equivalência não se transporta para outros níveis de conteúdo – a mesma espécie vegetal é, nas duas regiões definidas, apropriada (seja no plano de conteúdo económico, seja nos planos de conteúdo mais ideologicamente explícitos) de modo muito diferente, sendo, mais a norte, ‘sobreiro’ = ‘*quercus*’ + ‘lenha’ + ‘pequena propriedade’ + ..., enquanto que, mais a sul, ‘chaparro’ = ‘*quercus*’ + ‘lenha’ + ‘cortiça’ + ‘latifúndio’ + ... A este nível a problemática torna-se mais estreita: trata-se de definir o modo de aceder ao contexto que as diversas expressões significantes apresentam. A totalidade das dimensões de variação de um significado pode identificar-se como o contexto de significação, pelo que um dos efeitos principais e imediatos da abordagem contextual é a impossibilidade de estudar isoladamente um aspecto dos dados, definido arbitrariamente. Complementarmente, a aproximação ao conteúdo de uma expressão toponímica exige a identificação das relações sónicas e a sua designação.

Movendo-nos para outros planos de conteúdo como sejam o social ou o cultural (no sentido estrito dos modelos de representação) movemo-nos apenas no nível de diferenciação lógica da análise dos fenómenos e encontramos recobrimentos possíveis que, não sendo totalmente coincidentes, permitem justamente um acesso privilegiado à espessura das regiões através dos nomes da sua própria história.

---

<sup>4</sup> Razão pela qual se tornam mais importantes as distribuições que funcionam *contra* esta ordem.

<sup>5</sup> «Existem frequentemente nomes latinos e portugueses, ou nomes árabes e portugueses com o *mesmo significado*, por exemplo *Oledo* = Olivedo, *Alcântara* = Ponte, ...». H. Lautensach, *op. cit.*, p. 848. De acordo com o que estamos aqui a defender, justamente esta frase de Lautensach é apenas em parte verdadeira, visto que os contextos de significação para que remete são de recobrimento não totalmente coincidente.

